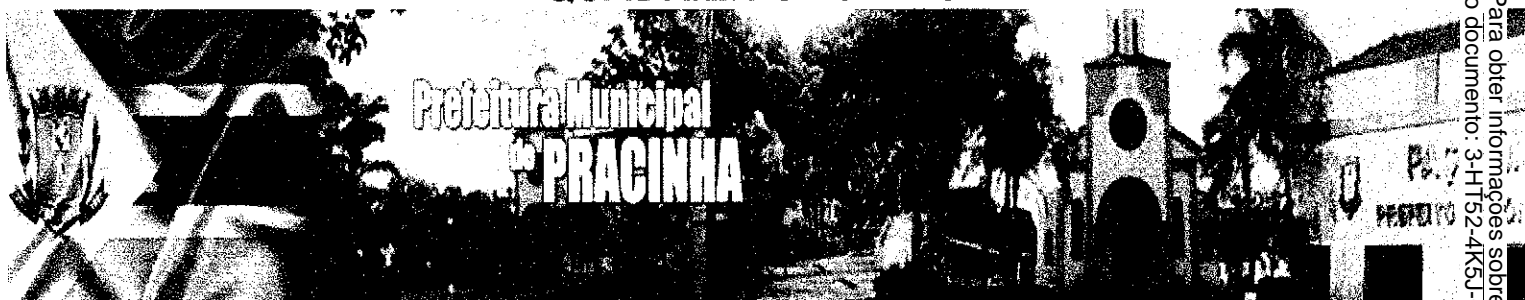




PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PRACINHA/SP

QUADRIÊNIO 2021-2024



PRACINHA 2021



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CMAS

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Pracinha - SP, instituído por meio da Lei nº 075/98 de 30 de Junho de 1998, em conformidade com a reunião ordinária, realizada em 25 de junho de 2021, aprovou o Plano Municipal de Assistência Social-PMAS 2021-2024 por meio da Resolução CMAS nº 01/2021.

Pracinha, 25 de Junho de 2021.

Mara Adriana de C.X. Januário
Mara Adriana de Carvalho Xavier Januário
Presidente do CMAS



Termo De Aprovação

PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 2021-2024 PRACINHA-SP

Fica Aprovado: O Plano Municipal de Assistência Social 2021-2024.

Maurilei Aparecido Dias
Prefeito Municipal
Gestão 2021 - 2024

Eliane Aparecida da Silva
Secretária Municipal de Assistência Social

Mara Adriana de Carvalho Xavier Januário
Presidente Conselho Municipal de Assistência Social



Siglas

BPC - Benefício de Prestação Continuada
CCI – Centro de Convivência do Idoso
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social
CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMDI – Conselho Municipal dos Direitos do Idoso
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IGD – Índice de Gestão Descentralizada
IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social
LA – Liberdade Assistida
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
NOB – Norma Operacional Básica
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MSE – Medida Socioeducativa
MWh - Quilowatt-hora
PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAJ – Programa Ação Jovem
PBF – Programa Bolsa Família
PIB – Produto Interno Bruto
PMAS – Plano Municipal de Assistência Social
PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PPA -Plano Plurianual
PRC -Programa Renda Cidadã
PRONAF -Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Mara Canalha

Jaqueline da Silva Freddi



PRONAMP -Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor
PSC -Prestação de Serviço a Comunidade
PVL -Projeto Viva leite
SCFV -Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SUAS -Sistema Único de Assistência Social
SUS - Sistema Único de Saúde
t - Toneladas
USF -Unidade de Saúde familiar

Assinatura manuscrita, provavelmente de Mara Canache, feita com uma caneta escura.

Mara Canache

Assinatura manuscrita, provavelmente de Jaqueline da Silva Freddi, feita com uma caneta escura.



1. Apresentação

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social coordena, formula e implementa a Política Municipal de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município de Pracinha.

O Plano Municipal de Assistência Social é o instrumento legal que sistematiza as ações, estabelece diretrizes, objetivos e metas, e planeja o processo de implementação pelo período de quatro anos, bem como contempla serviços, projetos programas benefícios assistenciais e fortalecimento dos conselhos. Com perspectiva da garantia de direitos e exercício a cidadania;

Este Plano, contempla o compromisso com a continuidade dos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social em consonância com a Política Nacional de Assistência Social e a implementação do SUAS.

PRACINHA/2021

Eliane Aparecida da Silva
Secretária Municipal de Assistência Social

maria carvalho



1.1 Introdução ao Plano Municipal de Assistência Social (PMAS)

O presente Plano Municipal de Assistência Social 2021-2024 vem apresentar o empenho na consolidação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município de Pracinha/SP.

Conforme a PNAS, o Plano Municipal de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 na perspectiva do SUAS. Sua elaboração é de responsabilidade do órgão gestor da política, representado em Pracinha pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, que submete o PMAS à aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social, reafirmando o princípio democrático e participativo.

No âmbito do SUAS, o Plano de Assistência Social constitui-se num instrumento fundamental para a construção de uma política planejada e efetiva sobre as situações de vulnerabilidades e riscos sociais identificadas no território. Permite organizar, regular a execução da Política Pública de Assistência Social, definindo as prioridades nos âmbitos da Proteção Básica e Proteção Especial. Esta concepção de proteção supõe conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais das pessoas sujeitas da ação, bem como, os recursos necessários para a garantia da segurança social.

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) estabelece no artigo 30, inciso III, como uma das condições para repasse de recursos financeiros a elaboração do Plano de Assistência Social rompendo desta forma, ações fragmentadas, instituindo a cultura do planejamento com base no conhecimento e estudo da realidade, permitindo o monitoramento e a avaliação das ações para garantir a qualidade dos serviços.

A vigilância se refere ao conhecimento da presença das vulnerabilidades sociais da população e dos territórios, a partir da produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados da incidência dessas situações sobre indivíduos e famílias nos diferentes ciclos de vida. Segundo a Lei 12.435/2011, visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, ameaças, vitimizações e danos.

Mara Carvalho



2. Dados de Identificação

2.1 Plano Municipal de Assistência Social

Vigência: 2021 a 2024

Porte Populacional: Pequeno Porte

Responsáveis pela elaboração:

Eliane Aparecida Da Silva - Secretária de Assistência Social

Cristiane Gisele Bussi Da Silva – Assistente Social

Márcia Ângela Marinho E Lima – Coordenadora do CRAS

Márcia Regina Soares - Psicóloga

2.2 Prefeitura Municipal

Município: Pracinha – SP

CNPJ: 67.662.007.0001/40

Prefeito Municipal: Maurilei Aparecido Dias da Silva

Endereço: Rua Francisco Gimenes nº 175 - Centro

Telefone: (18) 3552 - 1141

E-mail institucional: pmpracinha@hotmail.com

Site: <https://www.pracinha.sp.gov.br/>

2.3 Secretaria Municipal de Assistência Social de Pracinha

Gestora Municipal: Eliana Aparecida da Silva

Nível de Gestão: Básica

Lei de criação da Secretaria Municipal de Assistência Social: 075/98

Endereço: Avenida Independência nº 193

Telefone: (18) 3552-1154

E-mail institucional: pracinhasocial@hotmail.com

Mara Carvalho



2.4 Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)

Gestor do Fundo Municipal: Eliana Aparecida da Silva

Lei de Criação do FMAS: 075/98

Data da Lei de Criação: 30 de Junho de 1998

Fonte dos recursos: (x)Federal (x)Estadual (x)Municipal

Endereço: Avenida Independência nº 193

Telefone:(18) 3552 1154

2.5 Conselho Municipal de Assistência Social(CMAS)

Nome da Presidente: Mara Adriana de Carvalho Xavier

Januário

Possui Secretaria Executiva: (X)Sim ()Não

O Conselho é a instância de controle social do PBF: (X) Sim ()Não

Lei de Criação do CMAS: Lei nº. 075/98

Data da Lei de Criação: 30 de Junho de 1998

Endereço: Av. Independência nº 193

Telefone: (18) 3552 - 1154

Mara Carvalho



3. Conhecendo o Município

3.1 Histórico do Município.

A origem do Município relaciona-se ao seu núcleo inicial o povoado de Maripá que se situava na Bacia do Ribeirão dos Macacos e foi fundado em 1941 pelo engenheiro Mário Felippo Olivero. Desde o princípio seu principal fator de atração foi atividade agrícola e seu contingente populacional foi formado basicamente por agricultores que passaram a cultivar naquelas terras produtos como algodão, milho, café e cana-de-açúcar. Conheceu na década de 50 um período de maior desenvolvimento, mas aos poucos retrocedeu devido ao êxodo rural e a falta de autonomia administrativa.

Em 24 de dezembro de 1948, passou a distrito com sede no povoado de Maripá, município de Lucélia e território desmembrado desse município.

Em 30 de dezembro de 1993, tornou-se município. Essa emancipação embora tardia contou com o apoio da população e a liderança de Antonio Correia Lima.

3.2 Dados Geográficos

Pracinha está localizada na região centro-oeste do Estado de São Paulo pertencendo à mesorregião de Presidente Prudente e a microrregião de Adamantina. Os municípios vizinhos são Sagres, Mariápolis, Caiabú e Lucélia. Possui as seguintes coordenadas geográficas: latitude 21° 51' 04" sul e longitude 51° 05' 12" oeste, estando a uma altitude de 402 metros.

Sua área abrange 63.054 km² (IBGE/2020) e contém densidade demográfica de 45,48 hab/km² (IBGE/2010).

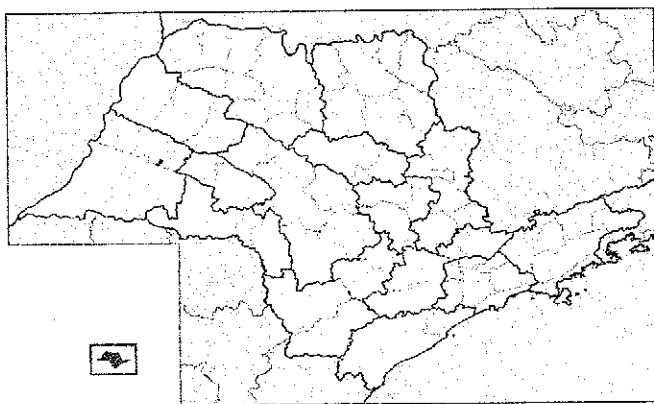


Figura I :Localização de Pracinha no Estado de São Paulo

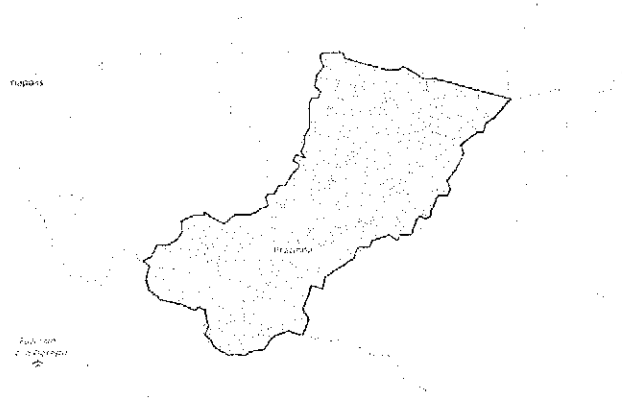


Figura II: Mapa do Município de Pracinha

Maria Canabarro



3.3 Dados Populacionais

Mediante os dados coletados no Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano 2010 a população de Pracinha era de 2.858, a estimativa populacional para o ano de 2021 era de 4.327 pessoas.

Ao compararmos os dados de Sistema Estadual de Análise de dados (SEADE) do Estado de São Paulo de 2010/2020 (Em % a.a), a Taxa Geométrica e sua densidade demográfica de 16,0 hab./km² diminuem para o ano de 2025. O grau de urbanização do município em porcentagem é 84,2.

Dados com base nos anos de 2016 e 2018 do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) do Estado de São Paulo, classifica no grupo a cidade de Pracinha que são considerados com baixos níveis de riqueza, mas bons indicadores sociais (escolaridade, longevidade médio/alto).

A quantidade da população que declararam possuir religião Católica Apostólica Romana no ano de 2010 foi de 1889, enquanto os Evangélicos representavam 531, e apenas 41 habitantes eram Espíritas.

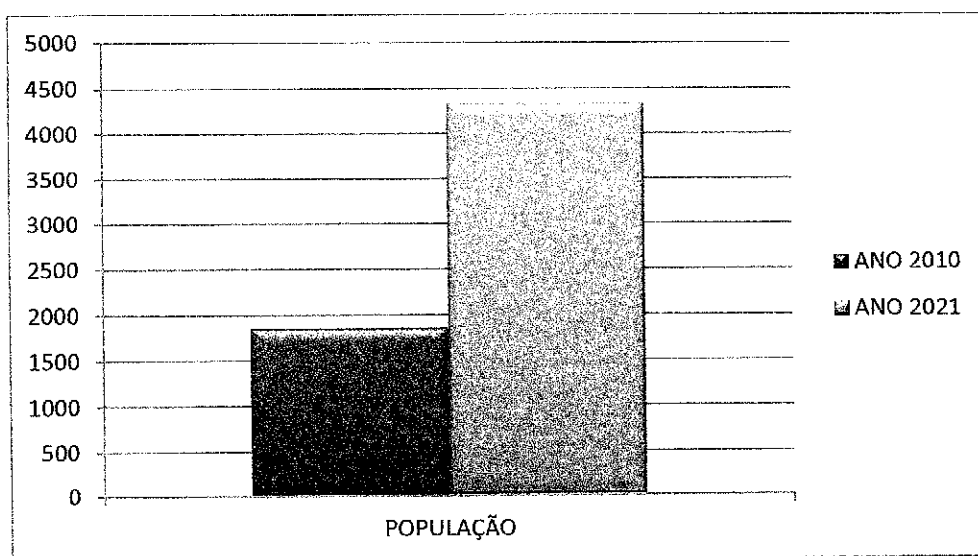


Gráfico I – Índice de População em 2010 e a Estimativa para 2021

Maria Carvalha



De acordo com o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) que possui o objetivo de proporcionar uma visão detalhada nas condições de vida do município mediante as situações de vulnerabilidade considerando indicadores como renda, escolaridade, ciclo de vida familiar identificando áreas geográficas por meio do grau de fragilidade da população residente, os dados municipais indicam que 10,7% da população se enquadram no grupo de vulnerabilidade muito baixa, enquanto 89,3% da população urbana vivenciam situação de vulnerabilidade média.

Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) – SEADE/2010	
IPVS – Vulnerabilidade Muito Baixa (% da população exposta)	14,6
IPVS - Vulnerabilidade Média (Urbanos) (%) da população exposta)	48,7
IPVS-Vulnerabilidade Alta (Rurais) (% da população exposta)	6,6

Tabela 1: Índice de Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) – SEADE/2010.

4. Aspectos Economicos.

O Índice de Desenvolvimento Humano municipal (IDH) mede o nível de desenvolvimento humano como critérios indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula) longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita), classificam Pracinha com IDH 0,696, e o produto Interno Bruto (PIB) per capita era de R\$ 8.256,98 (IBGE/ 2018).

Em relação aos empregos formais, no ano de 2015 Pracinha continha 254 ocupações, Em 2019 um total de 274 ocupações, totalizando um aumento de 20 empregos no período de 4 anos. Ainda em relação ao ano de 2019, dos 274 empregos formais criados, 232 pertencem aos empregos formais dos serviços.



5. Caracterização da Política Municipal de Assistência Social

5.1 Secretaria Municipal de Assistência Social

A Secretaria de Assistência Social executa serviços de caráter público de seguridade social estabelecido na Constituição de 1988, regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Desde a Constituição de 1988, a Assistência Social é garantida como direito e toda a população que dela necessitar, bem como de responsabilidade do Estado sendo subsidiada pelo Fundo da Assistência nas três esferas do governo. A Assistência Social é organizada em sistema descentralizado e participativo no intuito de promover o bem estar e a proteção social dos destinatários e famílias. Seus serviços, programas, projetos e os benefícios socioassistenciais devem ser organizados a partir da universalização do acesso baseado no enfrentamento da pobreza e desigualdade social.

Sendo assim, a Secretaria de Assistência Social coordena e executa a política de assistência social de Pracinha se responsabilizando pela garantia da proteção social, promoção da cidadania e efetivação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município.

Compete ainda a Secretaria de Assistência Social o controle financeiro da sua política, o planejamento, a organização, a coordenação, o monitoramento, o financiamento e a sua avaliação.

5.2 Composição da Equipe da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

A equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social de Pracinha - SP

- **Secretária de Assistência Social:** Eliane Aparecida da Silva
- **Assistente Social:** Cristiane Gisele Bussi da Silva
- **Gestora do Cadastro Único:** Cristiane Gisele Bussi da Silva
- **Escriturário:** Marcilene Panvequi

Tabela 2: Equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social de Pracinha-SP



6. Instancia de Controle Social

Apresentada pela Constituição de 1988, a Instancia de Controle Social efetiva a participação popular na gestão pública. O SUAS reconhece os Conselhos e Conferências como instancias privilegiadas que efetivam a participação popular e o exercício de controle social. Mediante ao supracitado, os Conselhos Municipais são importantes ferramentas de espaços de participação possuindo representantes governamentais e de sociedade civil organizada.

A Secretaria Municipal de Assistência Social apoia e fomenta a criação de conselhos específicos a cada política pública, como forma de empoderamento de todos os seguimentos sociais.

Maria Canabarro



6.1 Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

O CMAS foi criado pela Lei nº. 075/98 de 30 de junho de 1998, composto por 08 representantes governamentais e 08 representantes da sociedade civil.

Membros e Representantes do Poder Público
I – Órgão Municipal de Saúde Titular: Juliana Rissato Suplente: Fernanda dos Santos Dias Martins
II Órgão Municipal de Educação Titular: Alessandra da Silva Santos Alves Sulente – Ana Paula Alves
V- Órgão Municipal de Finanças Titular: Eliana Ponvequi Suplente: Celso Tenório de Albuquerque
VI- Órgão Municipal de Assistência Social Titular: Mara Adriana de Carvalho Xavier Januário Suplente: Elias Esterquile

Membros e Representantes da Sociedade Civil
I – Representante do Comércio Varejista de Pracinha Titular: Fernando de Oliveira da Silva Passos Suplente: Edmarcio Santos Almeida
II - Representante de Segmentos de Entidades Religiosas Titular: Marialda Carreiro Alves Suplente: Márcia Regina Soares
III – Representante de Bairros Titular : Lucas willington Santos da Silva Suplente: José Carlos Maia
IV- Representante dos Usuários do SUAS, Titular: Madalena Rodrigues da Silva Suplente: Vanda dos Santos

Tabela03

Mara Carvalho



7. Conferência Municipal de Assistência Social

Data da última Conferência: 08/09/2019

Total de Participantes: 87

7.1 Deliberação da Última Conferência Municipal de Assistência Social

Município	
Deliberações	Eixo ao qual está relacionada
1. Desenvolver ações de incentivo à inserção no Mercado de trabalho das pessoas com deficiência, Bem como de outros beneficiários do BPC, visando aumentar a autonomia dessas pessoas e Consequente melhoria na qualidade de vida.	Eixo I: A Proteção Social não-contributiva e O princípio da equidade com o paradigma para a gestão dos Direitos socioassistenciais.

Mara Carneiro



2. Visando dar visibilidade nas ações/contribuições da política de assistência social, elaborar uma cartilha contendo acerca da organização da rede municipal de proteção socioassistencial.	Eixo I: A Proteção Social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos Direitos socioassistenciais.
3. Oferecimento de capacitações a todos os envolvidos no SUAS: - CMAS: para entendimentos dos membros como participante, na formulação, deliberação e controle da Política de Assistência Social; - trabalhadores: torná-lo apto ao atendimentos prestados aos usuários, bem como conhecedor da área; - Usuário: Tornando e conhecendo espaços aos quais podem manifestar suas ideias e necessidades.	Eixo II: Gestão Democrática e controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS.
4. Ampliação da divulgação pública das deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social para que haja maior participação popular, bem como o controle social e mobilização da sociedade civil.	Eixo II: Gestão Democrática e controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS.
5. Garantir a representatividade dos usuários, bem como a rotatividade da presidência do CMAS.	Eixo II: Gestão Democrática e controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS.
6. Criar espaços próprios para o funcionamento dos Conselhos municipais, abrangendo os conselhos ligados na Assistência Social (Idoso, Criança e Adolescente e o da Assistência Social) com estrutura física, equipamentos e pessoal.	Eixo II: Gestão Democrática e controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS.
7. Garantir no CRAS o desenvolvimento de ações Socioeducativas ligadas a temas alusivos aos direitos sociais, despertando no cidadão a cidadania, esclarecendo que a Política de Assistência Social deixou de ser um favor, bem como as formas e meios para a aquisição de seus direitos aos segurados por lei.	Eixo III: Acesso às seguranças Socioassistenciais e articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais.
8. Formalizar a rede socioassistencial, buscando mais comprometimento, estabelecendo reuniões intersectoriais, de modo a refletir sobre possíveis impactos na relação entre as políticas na garantia dos direitos à população, com vista à otimização do trabalho.	Eixo III: Acesso às seguranças Socioassistenciais e a articulação entre serviços, benefícios e transferência de renda como garantias de direitos socioassistenciais.
9. Adequação das leis de acordo com as diversas NOB/SUAS: - dos beneficiários eventuais; - da Lei Orgânica do Município, pois está defasada desde 1990; - da Lei Municipal do CMAS; - adequação dos trabalhadores de acordo com a NOB/SUAS - RH evitando a rotatividade dos profissionais.	Eixo IV: A legislação como instrumento para uma gestão de compromissos e responsabilidade dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais.
10. Reformulação das Leis do CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente) e do CMI (Conselho Municipal do	Eixo IV: A legislação como instrumento para uma gestão de compromissos e responsabilidade dos entes federativos



Idoso), visando à regulamentação do Fundo Municipal de ambos, com vista ao recebimento de ações advindas de impostos de renda.	para a garantia dos direitos socioassistenciais.
--	--

Tabela10/IBGE

Estadual	
Deliberações	Eixoaoqualeestárelacionada
1. Garantia dos repasses nas datas previstas, bem Como da reposição da inflação nos serviços e benefícios.	EixoI: A Proteção Social não-contributiva e O princípio da equidade como paradigma para a gestão dos Direitos socioassistenciais.
2. Ampliar a cobertura para ofinanciamento afim de Primaros serviços ofertados.	EixoIV: A legislação como instrumento Para uma gestão de compromissos e responsabilidades dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais.

Tabela11/IBGE

União	
Deliberações	Eixoaoqualeestárelacionada
1. Revisão do critério de renda per capita familiar do BPC, passando de $\frac{1}{4}$ para $\frac{1}{2}$ salário mínimo, visando abranger mais brasileiros que necessitam desse benefício.	Eixo I: A Proteção Social não-contributiva eo principioda equidadecomo paradigmaparaagestãodosDireitossocioassi stenciais.
2. Garantir recursos para a realização de ações queassegurem a participação social, o controle social eagarantiadedireitossocioassistenciais.	Eixo II: Gestão Democrática e controle social: o lugar da sociedade civil no SUAS.
3. Garantia nas três esferas de percentual de 5% para a Política de Assistência Social.	Eixo IV: A legislação como instrumento para uma gestão de compromissos e responsabilidade dos entes federativos para a garantia dos direitos socioassistenciais
3. Fortalecer o compromisso dos municípios para comoacompanhamentodosusuário semdescumpri mento de condicionalidades tais como o 4. BPC e o PBF.	Eixo IV: A legislação como instrumento para uma gestão de compromissos eresponsabilidade dos entes federativos paraagarantiadosdireitossocioassistenciais.

Tabela12.FontelBGE



8. Rede de Políticas Públicas Intersectoriais

8.1 Aspectos da Saúde

A Secretaria Municipal de Saúde de Pracinha possui a missão de formular políticas públicas de saúde que assegurem a implantação, o desenvolvimento de serviços, ações de acordo com as necessidades da população e respeitando os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

Pracinha conta com a Unidade de Saúde familiar (USF), A Vigilância Sanitária do município trabalha com o objetivo de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde da população como campanhas e mutirões contra o mosquito da dengue e de outros problemas sanitários que possam prejudicar a saúde da população.

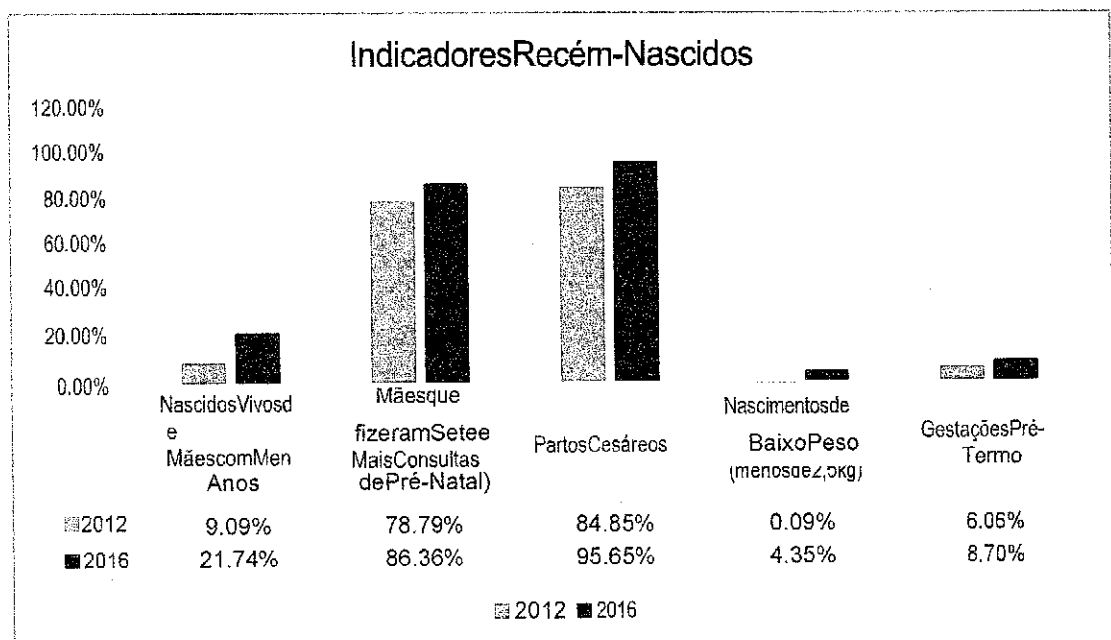


Gráfico 10 : Em 2012, o número de nascidos vivos de mães com menos de 18 anos era de 9,09%, mães que fizeram sete e mais consultas de pré-natal 78,79%, partos cesáreos 84,85%, nascimentos de baixo peso (menos de 2,5 Kg) 0,09% e gestações pré-termo 6,06%. Em 2017, os de nascidos vivos de mães com menos de 18 anos era de 21,74%, mães que fizeram sete e mais consultas de pré-natal 86,36%, partos cesáreos 95,65%, nascimentos de baixo peso (menos de 2,5 Kg) 4,35% e gestações pré-termo 8,70%. Fonte: SEADE.

No ano de 2012, o número de nascidos vivos de mães menores de 18 anos era de 9,09% subindo para 21,74% em 2016 sinalizando o aumento de gravidez na adolescência. A quantidade de gestações pré-termo (parto prematuro) também aumentou



de 6,06% para 8,70% em 2016. A parcela de mães que realizaram sete ou mais consultas de pré-natal foi de 86,36% (aumento de 7,57%) e os partos cesáreos somaram 95,65% (aumento de 11,8%) em 2016. Outro dado relevante é o acréscimo do número de nascimentos de baixo peso (menos de 2,5Kg) de 0,09% para 4,35% em 2016, demonstrando a necessidade de trabalhos e ações do Setor da Saúde com as famílias do município.

Mortalidade Infantil [2017]

38,46 óbitos por mil
nascidos vivos

Internações por diarreia [2016]

6,5 internações por
mil habitantes

Tabela 13. Fonte: IBGE

No ano de 2016, taxa de mortalidade infantil média nascida de era de 38.46 para 1.000 Nascidos vivos e as internações devido a diarreias de 6.5 para cada 1.000 habitantes. A taxa de envelhecimento da população era de 123,17% (IBGE/2017).

8.2 Aspectos da Educação

A Secretaria da Educação de Pracinha possui a finalidade de organizar, planejar, executar e avaliar política educacional garantindo a prestação dos serviços educacionais no âmbito Municipal.

O município possui 03 unidades escolares, a Escola Estadual professora Taieka Takahashi Gimenes, escola municipal Terezinha Zanelli, e a Creche Municipal Mundo Encantado. Que ao todo contabiliza 598 alunos.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) possui a incumbência de monitorar a qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos calculados a partir da taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Seu objetivo é que o município e as escolas alcancem 06 pontos até o ano de 2022 (média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos).



De acordo com o gráfico, a Escola Taieka atingiu sua meta com 7,01 pontos e a EMEF Terezinha ficou abaixo da meta com 5,1 pontos.

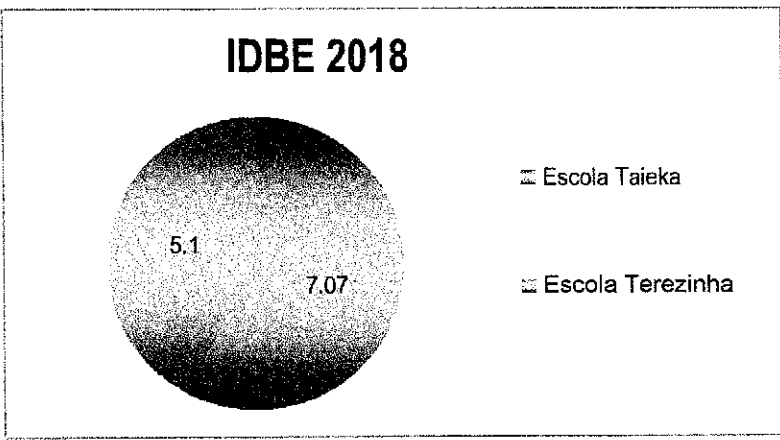
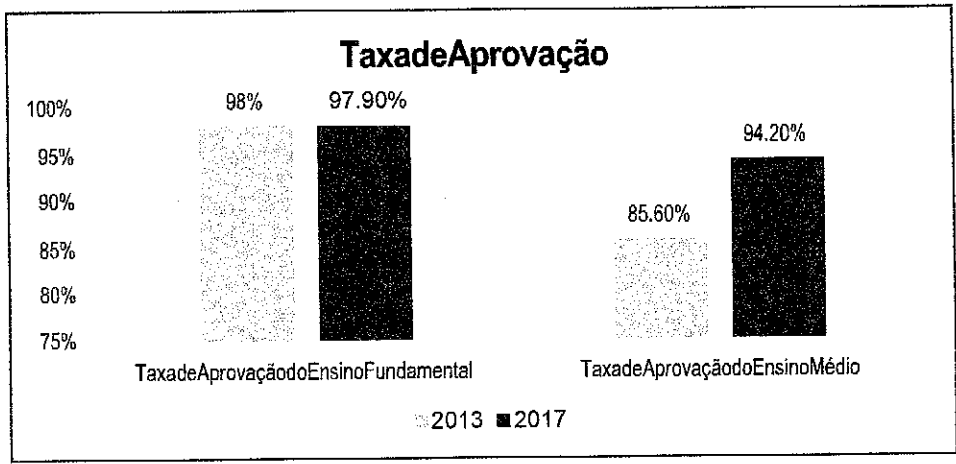


Gráfico12: 1.

De acordo com os dados da SEADE, no ano de 2013 o município obteve 98% da taxa de aprovação do Ensino Fundamental e 85,60% da taxa de aprovação do Ensi no Médio. Em 2017, houve uma leve queda na taxa de aprovação do Ensi no Fundamental ficando com 97,90%, a taxa de aprovação do Ensin Médio cresceu para 94,20%.


Mar Canabha



8.3 Aspecto Social

A Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social de Pracinha tem o intuito de coordenar a execução das políticas sociais no município de forma integrada e intersetorial, organizando a rede de atendimento pública e privada de assistência social, a execução de programas, de projetos, de benefícios e serviços, além da captação de recursos financeiros e proposição dos recursos humanos promovendo o controle social.

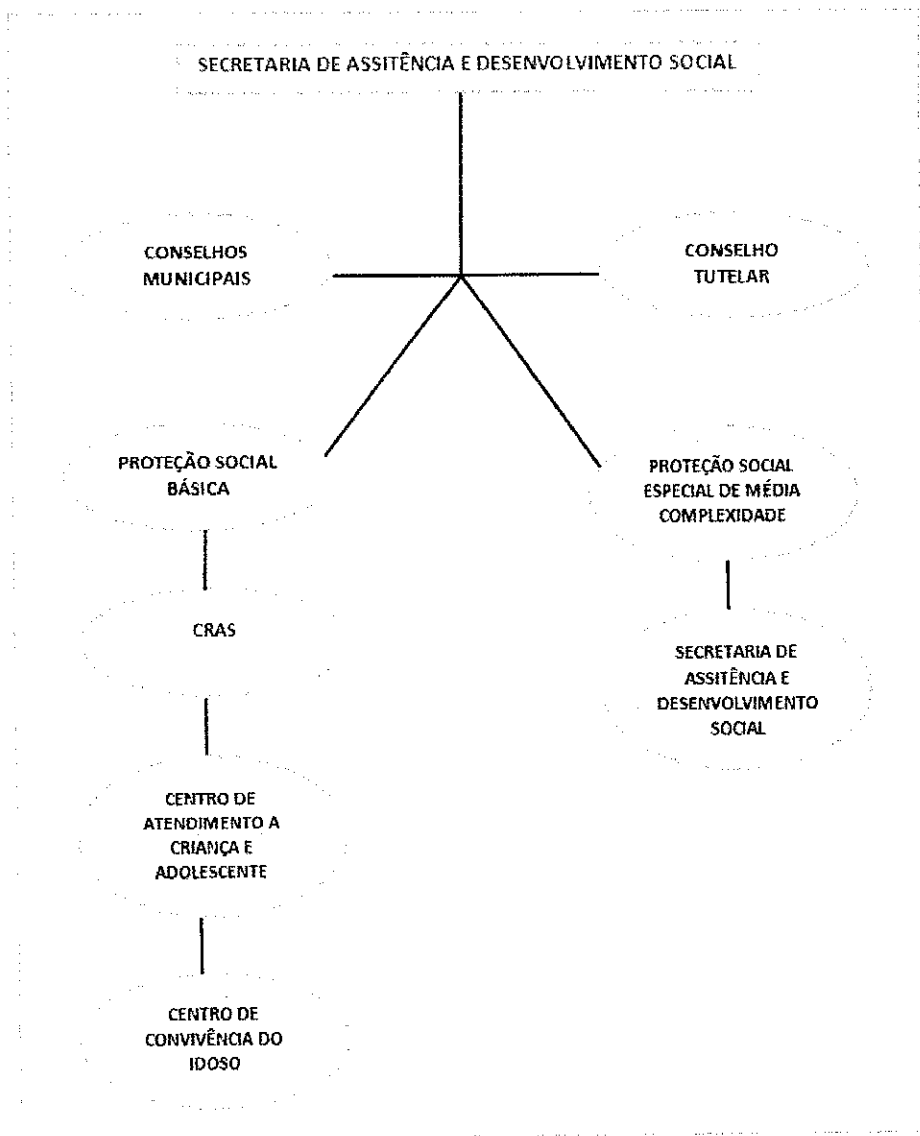
No momento atual, a Secretaria de Assistência Social conta com a execução dos seguintes serviços da rede direta: Centro de Convivência do Idoso (CCI), Serviço de Convivência para Adolescentes (15 a 17 anos), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Serviço de Proteção Social a Adolescentes de 12 a 18 anos em cumprimento de MSE.

Maria Canalle



8.3.1 –Rede Socio assistencial Local Por Nível D eProteção

A estruturada Secretaria de Assistência Social de Pracinha.



8.3.2 Proteção Social Básica

A proteção social básica possui o objetivo de prevenir situações de risco, desenvolvendo potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculo familiar e comunitário. Seu público alvo é população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, da privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos etc) e fragilidade de vínculos afetivos e fortalecimento social.



Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)

O CRAS em Pracinha foi implantado em 21 de Setembro de 2010 e está localizado na Rua Andrade Neves, 274 – Centro, o número de famílias referenciadas é de 2.500 com previsão anual de 300 famílias atendidas.

Executa serviços de proteção social básica de caráter preventivo, protetivo e proativo, como também, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social. Seu público alvo são as famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente de pobreza, de privação, de vínculo familiar e comunitário fragilizado, os beneficiários dos Programas de Transferências de Renda (Bolsa Família, Renda Cidadã, Ação Jovem) ou de outros programas como Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Valeite (PVL) e utilizadores de benefícios eventuais.

Seu principal serviço ofertado é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), porém também executa o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

O trabalho com o PAIF possui a finalidade de efetivar trabalho social com as famílias, de caráter continuado sua função protetiva e prevenindo a rupturas dos vínculos, além de, promover o acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. O CRAS de Pracinha possui capacidade mensal para atender até 120 famílias pelo PAIF.

Suas principais ações podem ser de intervenção individual ou coletiva como: acolhida, estudo social, visita domiciliares, acompanhamento familiar, oficinas com famílias, ações comunitárias e particularizadas e encaminhamentos necessários. Troca de informações/experiências, empoderamento, o conhecimento dos direitos, a ampliação do universo informacional do usuário também faz parte do trabalho social executado pelo PAIF no CRAS.

b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

O SCFV é regulamentado pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais complementando o trabalho social realizado com as famílias através do PAIF. Deve ser ofertado para garantir as seguranças de acolhida, de convívio familiar/comunitário e estimular o desenvolvimento e autonomia dos usuários.

O trabalho é organizado dividindo em grupos seus usuários a partir da faixa etária e em percursos para estimular as trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e identidade, fortalecer os vínculos familiares, incentivar a socialização e a convivência familiar e comunitária.



c) Centro de atendimento à criança e adolescentes de 06 a 15 anos

O centro de atendimento à criança e adolescentes está situado na Rua, e executa o trabalho de convivência e fortalecimento de vínculos para usuários na faixa etária de 06 a 15 anos.

Tem capacidade de atendimento mensal é de 50 pessoas. Para a realização desse serviço o município possui a previsão orçamentária de R\$ 23.977,35.

8.3.3 Gestão de Programa de Transferência de Renda

Cadastro Único (CadÚnico):

O CadÚnico é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica da família brasileira de baixa renda. Por isso, ele é considerado a porta de entrada para vários Programas Sociais.

Maria Carvalho



Rede Direta do Município de Pracinha			
Nome	Responsável pelo Serviço	Endereço	Funcionamento
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (Serviço de Proteção Especial De Média Complexidade)	Eliane Aparecida da Silva	Av independencia 193	40h
Centro de Atendimento à Criança e adolescente de 06 a 15 anos	Mara Adriana de Carvalho Xavier Januário	Av independencia 193	40h

8.3.3-Gestão de Programa de Transferência de Renda

✓ Cadastro Único (Cad Único):

O Cad Único é o instrumento de identificação e caracterização socioeconômica da família brasileira de baixa renda. Por isso, ele é considerado a porta de entrada para vários Programas Sociais do Governo Federal e Estadual como o Bolsa Família, Renda Cidadã, Ação Jovem, a Tarifa Social de Energia Elétrica, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Minha Casa Minha Vida. Ele também funciona como um mapa para o governo identificar as necessidades da população.

Mediante a legislação pode ser inscrita no Cad Único as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo ou renda mensal de até três salários mínimos, acima desse valor há a realização do cadastro para pessoa/família que, geralmente, estão vinculadas a seleção ou acompanhamento de programas sociais implementados pelos três entes da federação (União, Estado e Município).

Mara Carvalho



O responsável pelo cadastro único é o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) e seu objetivo é gerenciar os programas sociais auxiliando a família a sair do estado de extrema pobreza.

Para realizar o cadastro basta à família procurar a Secretaria Municipal de Assistência Social de Pracinha e apresentar documentos e informações das pessoas que residem no mesmo domicílio como: RG, CPF, Carteira de Vacinação, Carteira de Trabalho (para quem possui), comprovante de endereço (não obrigatório), Título de Eleitor, Certidão de Casamento etc.

Os programas de transferência de renda beneficiam indivíduos/famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza por meio de transferência monetária. Essa transferência de renda possui a finalidade de enfrentamento e alívio imediato da pobreza e suas condicionalidades reforçam o acesso aos direitos sociais básicos como educação, saúde e assistência social.

O município de Pracinha possui o Programa Federal de Transferência de Renda Programa Bolsa família (PBF) e os Programas Estaduais de Transferência de Renda como o Programa Renda Cidadã (PRC) e Programa Ação Jovem (PAJ). Além dos Programas supracitados, os sagrenses também são contemplados com outros tipos de Programas ou Projetos como o São Paulo Amigo do idoso, o Viva Leite e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Importante ressaltar que os programas de transferência de renda compõem as estratégias de garantia da segurança de sobrevivência das famílias, porém sem a ação da rede municipal de políticas públicas, as vulnerabilidades e riscos relacionados à família e comunidade irão permanecer e até mesmo evoluir.

✓ Programa Bolsa Família (PBF)

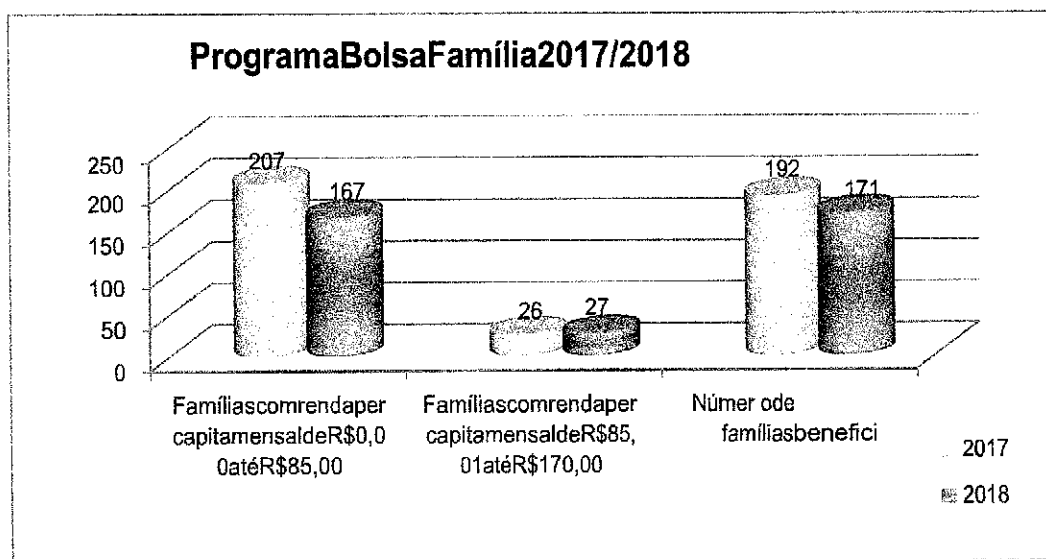
O PBF é um programa de transferência direta de renda destinada a famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Foi criado pelo Governo Federal através da Lei 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto 5.209/2004.

Seus objetivos são: combater a

Fome e promover a segurança alimentar e nutricional, combater a pobreza e outras formas de privação das famílias e promover o acesso à rede de serviços públicos como saúde, educação, segurança alimentar e assistência social.



A quantia recebida varia de acordo com a renda per capita familiar e a seleção das famílias é realizada mensalmente pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) baseado nos dados inseridos no Cadastro Único.



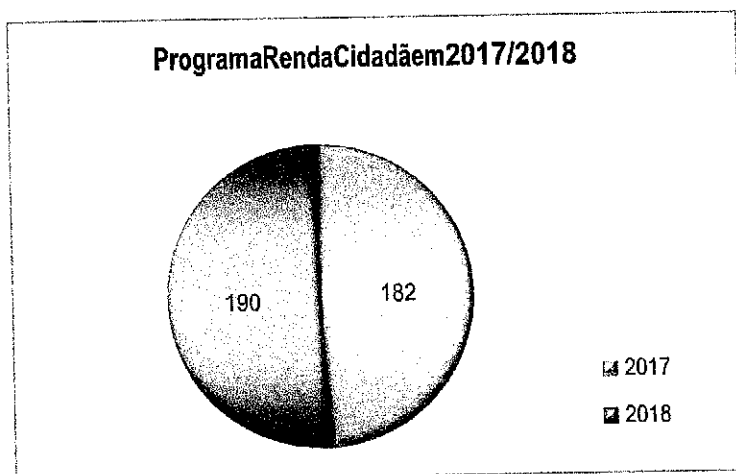
✓ Programa Renda Cidadã (PRC)

É um programa de transferência de renda direta do Governo do Estado de São Paulo. Seu público alvo são as famílias que vivência, processo de vulnerabilidade em decorrência do desemprego ou subemprego envolvendo fatores como a ausência de qualificação profissional, o analfabetismo, a situação precária de saúde, a inexistência de moradia ou precariedade, a dependência química etc.

Maria Carolina 31



Possui direito ao benefício do PRC as famílias com renda mensal per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo quereceberão R\$ 80,00 num período de até 36 meses. A seleção dos beneficiados é realizada pelo governo através dos dados disponíveis no cadastro único.



✓ Programa Ação Jovem (PAJ)

O PAJ é um programa de transferência de renda do Governo do Estado de São Paulo para jovens estudantes na faixa etária de 15 a 24 anos com a família possui ndorenda per capita de até meio salário mínimo. Visa estimular a conclusão da escolaridade básica, oferece rações complementares e de apoio a iniciação profissional.

O valor do benefício é de R\$ 80,00 mensais por três anos consecutivo.

✓ Projeto Viva leite (PVL)

O PVL é o maior projeto estadual de distribuição gratuita de leite pasteurizado do Brasil possui ndo mínimo teor de gordura e alto valor nutricional. Seu público alvo são crianças de 06 meses a 06 anos e 11 meses de idade oidos os com mais de 60 anos.

O Projeto criado no ano de 1999 pelo Governo do Estado de São Paulo beneficiacom 15 litros por mês de leite as famílias com renda total de até dois salários mínimos. A seleção dos beneficiados é realizada pelo governo através dos dados disponíveis no cadastro único.

maria Canache 32



✓ Benefícios Continuados

- Benefício de Prestação Continuada (BPC)- Governo Federal

O BPC é um benefício de renda no valor de um salário mínimo para pessoas com deficiência de qualquer idade ou para idosos com idade de 65 anos ou mais que apresentam impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial e que, por isso, apresentam dificuldades para a participação e interação plena na sociedade.

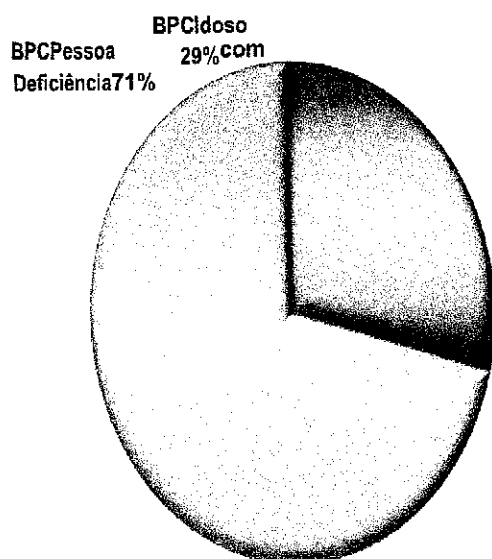
O benefício não é considerado aposentadoria ou pensão, não contém o 13º pagamento, também não será acumulado com outro benefício no âmbito da Seguridade Social, exceto combenefícios da assistência médica, pensões especiais de natureza indenizatória e a remuneração advinda de contrato de aprendizagem.

Para sua concessão é exigido que a renda familiar mensal seja de até ¼ de salário mínimo por pessoa. Não é necessário ter contribuído com a Previdência Social.

maria Canache



Benefício de Prestação Continuada-2018



Mara Carvalho



✓ **Benefício de Prestação Continuada (BPC) na Escola - Governo Federal**

O Programa BPC foi instituído pela Portaria Interministerial nº 18 no dia 24 de abril de 2007. Sua finalidade é desenvolver ações intersetoriais, visando garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência, de 0 a 18 anos, beneficiários do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC). O propósito é criar condições para o desenvolvimento da autonomia, participação social e emancipação da pessoa com deficiência e fazer valer seu direito de estudar.

✓ **Programa São Paulo Amigo do Idoso**

O Programa São Paulo Amigo do Idoso e o Selo Amigo do Idoso foram instituídos pelo Decreto nº 58.047 no dia 15 de maio de 2012. Ambos foram criados como instrumentos de promoção de amplo processo de mobilização regional, propondo o envolvimento de toda sociedade, unindo entidades, órgãos públicos e privados na criação de uma comunidade que contribuam para um envelhecimento ativo visando à melhoria da qualidade de vida das pessoas no processo de envelhecimento.

O Selo Amigo do Idoso estimula os municípios, entidades públicas e sociedade civil a implantarem no seu município ações referenciada pelo Programa São Paulo Amigo do Idoso. Para obtenção do selo são necessárias algumas ações obrigatórias como criar o Conselho Municipal do Idoso, realizar diagnóstico de gestão sobre políticas voltadas para o idoso, realizar o cadastramento do idosos no Cadúnico etc.

Mara Carvalho



✓ **BenefíciosEventuais**

Os Benefícios Eventuais (BE) são benefícios da Política de Assistência Social de caráter complementar e provisório prestados aos cidadãos e as famílias em virtude de nascimento, morte, situações e vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. Ou seja, contempla a pessoa/família que não possua condições de arcar por conta própria o enfrentamento de situações adversas ou que fragilize a manutenção do cidadão e sua família.

A média anual de beneficiários é de 180 famílias assistidas com os benefícios eventuais de cesta básica, pagamento da taxa de água/luz ou gás. Das 180 famílias assistidas pelo BE de vulnerabilidade temporária, 20 são acompanhadas com o PAIF pelo CRAS. Sua previsão orçamentária é R\$12.000,00.

8.3.4 –Proteção Social Especial

A Proteção Social Especial (PSE) possui o objetivo de promover atenções socioassistenciais às pessoas/famílias que estejam vivenciando as situações de risco pessoal e social, por ocorrência do abandono, mau trato físico ou psíquico, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua ou trabalho infantil etc.

Divide-se em dois tipos de serviços:

- ✓ **Serviço de Proteção Especial de Média Complexidade:** Realizados por equipes especializadas que atuam em conjunto com a família, cujos vínculos familiares e comunitários estejam fragilizados, porém não foram rompidos. Sua finalidade é colaborar para a reconstrução do vínculo familiar e comunitário. Ex: Medidas socioeducativas, serviços especializados para pessoas em situação de rua, proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos etc.
- ✓ **Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade:** Realizados por equipes

Especializadas que atuam em conjunto a indivíduos ou famílias que se encontram em

Maria Carvalho



situação de risco pessoal e social, com os vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados, mediante os serviços que garantam moradia, alimentação, higienização, trabalho protegido para pessoa/família que se encontram sem referência ou em situação de ameaças necessitando ser retirados do convívio núcleo familiar ou comunitário. Ex: Serviço de acolhimento institucional, acolhimento em repúblicas, acolhimento em família acolhedora, serviço de proteção em situação de calamidade pública e emergência etc.

A rede de atendimento da PSE é o Centro-Dia, Centro Pop e o Centro de Referência.

A Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social de Pracinha é responsável pela execução dos serviços socioassistenciais de Proteção Especial de Média Complexidade voltada para adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC).

8.3.4.1 Medida Socioeducativa (MSE)

São medidas aplicadas pelo Juiz com finalidade pedagógica em indivíduos infanto-juvenis (adolescentes de 12 a 18 anos) que incidirem na prática de atos infracionais como crime ou contravenção penal. São medidas de natureza repressiva para inibir a reincidência do ato infracional e promover a ressocialização familiar e comunitária.

O art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece como medidas socioeducativas a advertência, a obrigação de reparar o dano; a prestação de serviços à comunidade; a liberdade assistida; a inserção em regime de semi liberdade; a internação e estabelecimento educacional, além de outras medidas de proteção.

A advertência consiste na repreensão verbal ao adolescente aplicada quando o ato infracional for considerado de menor gravidade. A reparação de danos causados é imposta nas situações de atos infracionais que ocasionaram prejuízos materiais. A prestação de serviço à comunidade é exercida preferencialmente junto a entidades assistenciais não ultrapassando o prazo de 06 meses de duração. A liberdade assistida tem duração mínima de 06 meses e consiste no acompanhamento do adolescente por um profissional capacitado visando prevenir que o jovem pratique novos atos infracionais. A semiliberdade é um regime de transição da medida de internação e a autorização para

Maria Canalha



que o adolescente pratique atividades no ambiente externo. A internação conduz o adolescente à prisão e estabelecimento próprio por até 03 anos de duração.

✓ **Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço Comunidade(PSC)**

Na Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social é executado o Serviço de Proteção Social a Adolescente de 12 a 18 anos em cumprimento de MSE de LA e PSC que representa a Proteção Especial de Média Complexidade. Esse serviço iniciou seu funcionamento no município no dia 05 de fevereiro de 2014, funciona 20h por semana e possui capacidade de atendimento de 02 pessoas por mês.

O adolescente em medida de LA é encaminhado para a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social para ser acompanhado e orientado por um profissional capacitado evitando o afastamento do adolescente do convívio familiar/comunitário e prevenindo a prática de novos atos infracionais. A medida de PSC consiste na realização de atividades gratuitas de interesse geral, por período não superior a seis meses. O cumprimento das atividades não deve interferir na frequência escolar, na jornada normal de trabalho do adolescente e não levar o mesmo a realizar atividades consideradas vexatórias como limpar o chão da unidade escolar.

✓ **Acompanhamento**

Encaminhado pela Vara de Infância e Juventude ou, na ausência desta, pela Vara Civil correspondente ou Juiz Singular, o adolescente é recebido na Secretaria de Assistência Social e orientado sobre as medidas aplicadas pelo juiz. Como também, será informado e encaminhado, caso haja necessidade, a outros serviços da assistência social e/ou a outras políticas públicas.

O acompanhamento realizado é relatado por meio de relatórios à Justiça. O juiz determina a continuidade ou o fim da medida aplicada. No caso de descumprimento, o juiz pode determinar a privação de liberdade do adolescente. Instância de Proteção Social a Criança e ao Adolescente - Autônoma Conselho Tutelar de Pracinha

O Conselho Tutelar é um órgão municipal responsável por zelar dos direitos da criança e do adolescente. Originado em conjunto com o ECA e instituído pela Lei nº 8.069 no dia 13 de julho de 1990, é considerado um órgão permanente e possui autonomia funcional não sendo subordinado a qualquer outro órgão estatal.

Seus membros são escolhidos pela comunidade por eleição, no período de mandato os conselheiros aplicam medidas que zelum pela proteção e direitos da criança e do

Maria Canache



adolescente, porém não possui competência para aplicar medidas judiciais, mediante as situações de crime ou violência o menor será direcionado a unidade competente.

9. Objetivos

9.1. Objetivos Gerais

Planejar de forma estratégica a organização, regulação e execução da Política de Assistência Social, com vistas a consolidar o Sistema Único de Assistência Social Pracinha.

9.2. Objetivos Específicos

- Aprimorar e consolidar as ações e serviços relativos à Proteção Social Básica ano Município tendo como base a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais do SUAS;
- Aprimorar a relação intersetorial entre as políticas de Assistência Social, Educação e Saúde;
- Qualificar os serviços, programas, projetos e benefícios da rede socioassistencial de proteção básica e especial;
- Garantir o financiamento e continuidade dos serviços e benefícios socioassistenciais;



- Valorizar, capacitar e ampliar o número de Trabalhadores do SUAS;
- Apoiar os conselhos enquanto instâncias deliberativas, de caráter permanente e composição paritária entregue ver na sociedade civil, como forma de democratizar a gestão.

10. Diretrizes e Prioridades

O plano Municipal de Assistência Social 2021/2024 atenderá às diretrizes e prioridades estabelecidas pelas normativas que regulamentam o Sistema Único de Assistência Social, bem como aos objetivos e metas pactuados nos instrumentos de gestão de âmbito nacional, estadual e municipal e nas instâncias deliberativas do SUAS para os próximos anos, visando o fortalecimento e aperfeiçoamento da política de assistência social, visando:

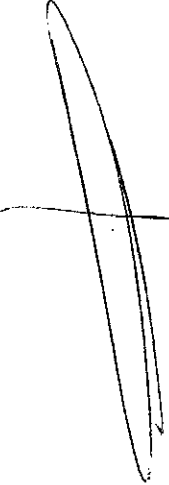
- Fortalecer a Proteção Social Básica como espaço de proteção efetiva e prevenção de riscos e vulnerabilidades sociais;
- Fortalecer a Proteção Social Especial de Média Complexidade como espaço de proteção, apoio, orientação e acompanhamento de indivíduos e famílias em situação de ameaça e/ou violação de direitos;
- Aprimorar a rede de serviços do SUAS e intersetorialidade com as demais políticas;
- Aprimorar a gestão do SUAS no município de Pracinha;
- Centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos;
- Universalização dos direitos visando tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;
- Descentralização político-administrativa e participação da população mediante organizações representativas na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Maria Carmelita

11. Detalhamento Das Ações Estratégicas e metas:2021-2024

Eixo1-Gestão

Modalidade/Serviço	Ação Estratégica	Meta	Período				Financiamento		
			2021	2022	2023	2024	UNICPIO	ESTADO	UNIAO
Gestão Da Secretaria Municipal de Assistência Social									
	Construção da SMAS	Construção do Órgão	X	X					X
	Garantir equipamentos permanentes adequados a cada serviço	Sectores equipado	X	X	X	X	X		X
	Garantir a manutenção dos programas, projetos e serviços da SMAS	Proporcionar aos usuários serviços de qualidade	X	X	X	X	X	X	X
	Garantir a revisão da Lei do SUAS Municipal, em cujo texto legal, deverá contemplar, entre outras prioridades, a criação de cargos de acordo com as funções estabelecidas, conforme inciso III, do Artigo 2º da Resolução CNAS nº 18, de 15 de julho de 2013 e dos Artigos 4º, 5º, 6º e 7º da Resolução CNAS nº. 09, de 15.04.2014.	Criação de Cargos	X	X	X	X	X		



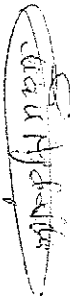
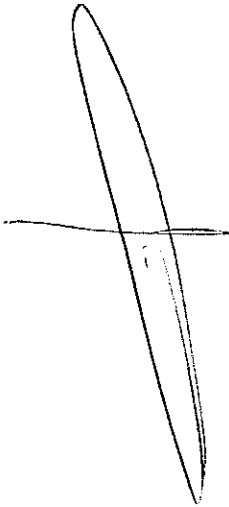
41

41

41

Modalidade/Serviço	Ação Estratégica	Meta	Período				Financiamento		
			2021	2022	2023	2024	MUNICÍPIO	ESTADO	UNIAO
Gestão de Benefícios Eventuais	Garantir o atendimento emergencial (compra dos insumos: cesta básica, auxílio funerar, auxílio natalidade)	Serviço Garantido	X	X	X	X	X		
	Garantir a vinculação da concessão dos Benefícios Eventuais ao Cadastro Único com exceção do Auxílio Funeral.	Garantir a equidade.	X	X	X	X	X		

Tabela 17

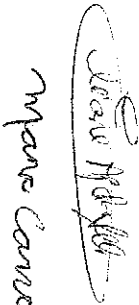
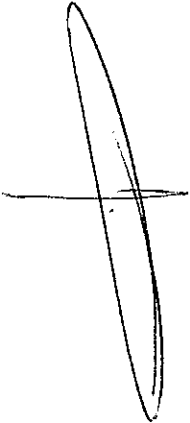


mpar Conselho

Eixo2-Proteção Social Básica

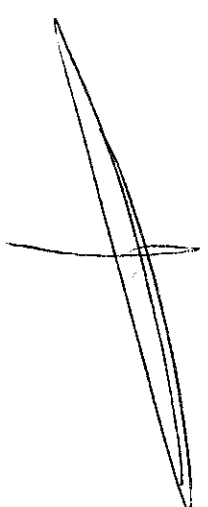
Modalidade/Serviço	Ação Estratégica	Meta	Período				Financiamento			
			2021	2022	2023	2024	MUNICÍPIO	ESTADO	UNIAO	
CRAS PAIF	Construção do CRAS	Construção CRAS	X	X					X	
	Aquisição de veículo automotor	Aquisição de veículo	X	X					X	
	Manter equipado adequadamente o serviço	Serviço equipado	X	X	X	X	X	X	X	
	Garantir equipe técnica de acordo com a NOB-RH/SUAS e demanda apresentada	Equipe técnica garantida	X	X	X	X	X		X	
	Garantir equipe de apoio para realização dos serviços (oficinelas, auxiliar de serviços Gerais entre outros)	Equipe de apoio garantida	X	X	X	X	X	X	X	
	Promover de forma permanente treinamentos e capacitações dos Trabalhadores do SUAS	Capacitação realizadas	X	X	X	X	X	X	X	
	Implementar as ações do BPC na Escola	Ações de superação implementadas	X	X	X	X			X	
	Garantir implementação no uso do Prontuário Eletrônico Simplificado do SUAS	Prontuário em uso	X	X	X	X	X			X

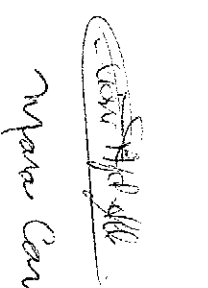
Tabela 18



Modalidade/Serviço	Ação Estratégica	Meta	Período				Financiamento		
			2021	2022	2023	2024	MUNICÍPIO	ESTADO	UNIÃO
Cadastro Único	Manter equipado adequadamente o serviço	Serviço equipado	X	X	X	X	X		X
	Promover de forma permanente treinamentos e capacitações dos profissionais	Treinamentos realizados	X	X	X	X	X		X
	Garantir acompanhamento das condições das famílias beneficiárias	Aumentar o percentual de famílias acompanhadas	X	X	X	X	X		X
	Garantir visita domiciliar para inclusão de buscas ativas conforme orientação do MDS	Aumentar o número de famílias visitadas	X	X	X	X	X		X
	Ampliar número de entrevistadores operadores	Atendimento atado demanda	X	X	X	X	X		X
	Garantir divulgação dos serviços e programas do Cadastro Único por mídia local e volante.	Divulgação realizada	X	X	X	X	X		X
	Manter parcerias com a Secretaria de Saúde e Educação nas ações de divulgação e condicionalidades.	Parcerias funcionando	X	X	X	X	X		X

Tabela 20





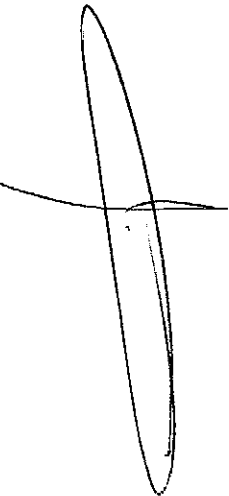
57


Margarida Cavallaro

Eixo3-Proteção Social Especial de Média Complexidade

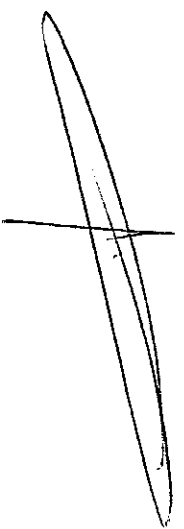
Modalidade/Serviço	Ação Estratégica	Meta	Período				Financiamento	
			2021	2022	2023	2024	MUNICÍPIO	ESTADO
Secretaria Municipal de Assistência Social (MSE)			20	20	3	4		
			21	22				
	Manter equipado adequadamente para atendimento do serviço	Serviço equipado	X	X	X	X		X
	Garantir capacitação da Rede	Capacitação disponibilizada continuamente	X	X	X	X		X
	Manter parcerias com a rede municipal deatendimento	Parcerias funcionando	X	X	X	X		
	Atualizar o Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo	Atualizar Plano Decenal	X	X	X	X		

Tabela21




58
Meyra Camargo

Modalidade/Serviço	Ação Estratégica	Meta	Período				Financiamento		
			2020	2021	2022	2023	UNICIPLO	ESTADO	UNIAO
Conselho Tutelar	Manter o espaço equipado adequadamente	Serviço equipado	X	X	X	X	X		
	Promover de forma permanente Capacitações dos conselheiros e equipe de apoio	Capacitações realizadas	X	X	X	X	X	X	X
	Garantir veículo exclusivo para o serviço	Veículo disponível	X	X	X	X	X		
	Manter protocolo e fluxo de atendimento.	Manter serviço organizado	X	X	X	X			
	Realização de eleição de novos conselheiros	Realização de eleição de novos conselheiros	X				X		
	Manter parceria com a Rede socioassistenciais em campanhas na prevenção de violações de direitos.	Evitar a violação de direito	X	X	X	X	X		X
Tabela 23	Adquirir telefone móvel com linha para os atendimentos de prontidão.	Garantir qualidade no atendimento	X	X	X	X	X		
	Garantir participação nas inscrições De emenda parlamentares e/ou propostas voluntárias.	Garantir Equipamentos para o setor	X	X	X	X	X	X	X



60
Margarida Cavallini

12. Monitoramento e Avaliação

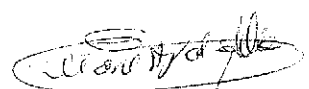
O monitoramento e a avaliação serão processos contínuos no intuito de subsidiar a execução das ações e, se necessário, realizar o seu redimensionamento a qualquer tempo. Mediante a isso, no final do período dos pré-estabelecidos será realizada uma avaliação dos resultados baseado nas ferramentas disponíveis ou construídas para essa finalidade.

Caberá à Secretaria de Assistência Social e ao Conselho Municipal de Assistência Social o acompanhamento das metas e ações previstas neste documento, assim como a avaliação anual dos objetivos atingidos e metas a serem repactuadas.

13. Financiamento

É condição para os repasses de recursos aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal a efetiva instituição e funcionamento do CMAS, do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) e o Plano Municipal de Assistência Social.

De acordo com a LOAS em seu artigo 6º: "As ações na área de assistência social são organizadas em sistema descentralizado e participativo. "A" descentralização" implica em que as decisões sejam tomadas em nível estadual e, principalmente, municipal. Daí a necessidade de decisão sobre os recursos em nível municipal. O "participativo" implica em que tais decisões sejam tomadas com participação de vários segmentos da sociedade, o que se dá por meio do Conselho Municipal de Assistência Social. Portanto, a finalidade do FMAS é que os recursos federais e estaduais sejam geridos em nível municipal e de forma participativa.


Mara Carneiro

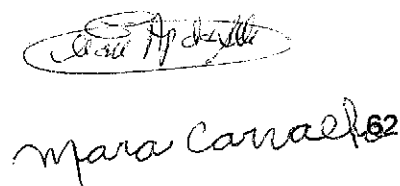
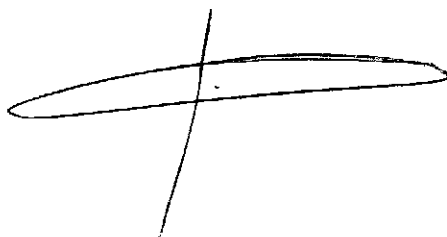
Recursos Financeiros Alocados no FMAS-2021

Previsão de recursos municipais alocados no FMAS : R\$657.000,00

Previsão de Cofinanciamento Estadual através do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS): R\$34.161,46

Previsão de Cofinanciamento Federal através do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS): R\$180.000,00

Total de recursos alocados no FMAS: R\$871.161,46



Mara Carvalh⁶²

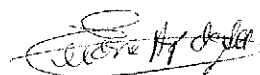
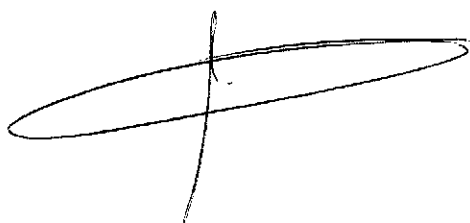
Índice de Gestão Descentralizada-IGD

Para apoiar os municípios nas ações de gestão do PBF e do Cadastro Único, o MDS criou o Índice de Gestão Descentralizada (IGD). O IGD é correspondente a uma forma de medir a cobertura e a qualidade do cadastro Único, do acompanhamento e das condicionalidades garantindo o repasse mensal de recursos financeiros aos municípios que apresentarem bom desempenho.

O índice varia entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1, melhor o resultado da avaliação da gestão. Os valores são calculados e os recursos repassados aos municípios diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social.

A prestação de contas do uso desses recursos deve ser feita anualmente pelas gestões dos respectivos Fundos de Assistência Social, sob a supervisão dos gestores do PBF e do Cadastro Único, aos Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social.

Através do IGD, o MDS incentiva o aprimoramento da qualidade da gestão local e contribui para que estados e municípios executem as ações que estão sob sua responsabilidade.



Mara Carvalho

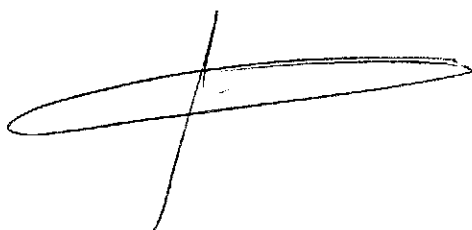
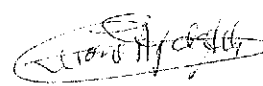
Índice de Gestão Descentralizada - IGD		
	Índice de Gestão Descentralizada do PBF (IGD-PBF)	Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social (IGD-SUAS)
Valor do Índice 2019	0,80	0,73
Valor Mensal do Recurso	R\$1.430,00	R\$1.500,00
Valor Anual do Recurso (Referência maio/2018)	R\$17.160,00	R\$18.000,00

14. Considerações Finais

O Plano Municipal de Assistência Social de Pracinha apresenta os objetivos e as metas estabelecidas para o quadriênio 2021-2024. As propostas e situações demonstradas representam a realidade do município e as questões que necessitam ser aprimoradas.

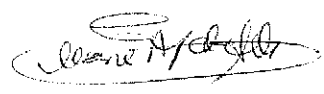
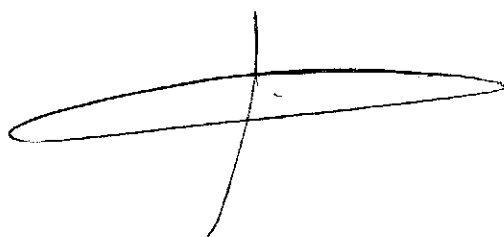
É relevante que a equipe técnica da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social esteja completa e estruturada, assim como nos demais seguimentos da política de Assistência Social para que as ações planejadas e a estruturação do PMAS sejam sistematizadas e obtenham resultados efetivos no final do quadriênio ao qual pertence o atual Plano.

A execução do trabalho em rede visando à prevenção e diminuição de vulnerabilidades e situações de riscos deve ser fortalecida, assim como o funcionamento dos Conselhos Municipais auxiliando no trabalho desempenhado pela a Política de Assistência Social.



 Maria Canabarro

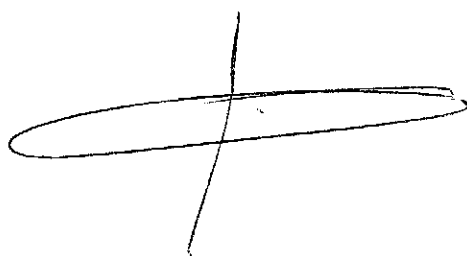
16- BIBLIOGRAFIA


- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cadernos SUAS–Vol.3– Planos Municipais de Assistência Social: Diretrizes para Elaboração. Pontifica Universidade Católica de São Paulo – 1 ed.- Brasília:MDS,2008,17 p.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cartilha1: SUAS – Vol. 1 Orientações acerca dos conselhos e do controle social da política pública de assistência social.1ed.-Brasília:MDS,2013,27p.
- BRASIL.Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.Brasília,MDS,2009,19 p.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 – Norma Operacional Básica - NOB/SUAS.-1ed.-Brasília:MDS,2005,33 p.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucionalde5deoutubrode1988com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de nº1, de 1992, a 32, de 2001, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de nº 1 a 6, de 1994, - 17. Ed. Brasília: 405 p. – (Série textos básicos; nº25).
- Fundação SEADE. Disponívelem: <<http://www.perfil.seade.gov.br/>> Acesso em 20 de maio, 2019.
- PMAS-WEB2018- 2021. Disponível em: <<http://www.pmas.sp.gov.br/>>Acesso em 16 de maio, 2019.



Mara Canabarro

- Catálogo BGE. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=32980> > Acesso em 23 de maio, 2019
- Ministério da Cidadania – Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Disponível em: <<http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/mds-para-voce/carta-de-servicos/gestor/bolsa-familia/igd-1>> Acesso em 13 de junho, 2019.
- Ministério da Cidadania. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/>> Acesso em 03 de junho, 2019.
- Educação. Disponível em: <<https://www.qedu.org.br/>> Acesso em 15 de maio, 2019.




Mara Canale 66